

BOLETIM ECONÔMICO SETEMBRO 2010

A – CONJUNTURA ECONÔMICA (INPC, IPCA, IGPM, INCC-DI: CONSTRUÇÃO).....	03
1 – ÍNDICES DE PREÇOS:.....	03
1.1 - IPCA: Preços dos alimentos aumentam e provocam avanço da taxa de inflação em setembro.....	03
1.2 - INPC: fica em 0,54% em setembro.....	06
1.3 – IGP-M: Câmbio ajuda a segurar preços no Atacado.....	07
2 - INDICADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL:.....	10
2.1 – INCC-DI: Aumenta 0,21% no mês de setembro.....	10
2.2 - CUB - Pará: CUB – Pará: Aumento da mão-de-obra eleva a taxa de crescimento do Cub para 3,78% em setembro, em comparação com agosto 0,31%.....	12
2.3 – SINAPI: Índice Nacional da Construção Civil (SINAPI) do IBGE, para o Estado do Pará, registrou variação de 3,93% em setembro, em comparação com 0,18% em agosto.....	17
3 – CONJUNTURA:.....	17
3.1 - Incorporadoras podem se livrar de norma que reduziria o lucro líquido das empresas em 43%, na média. A decisão oficial poderá ocorrer no dia 5 de novembro quando haverá reunião do Comitê de Pronunciamento Contábeis.....	17
3.2 - Participação nos lucros e resultados.....	18
4 - EXECUÇÃO DAS OBRAS DO PAC (COHAB): A execução das obras constantes no Programa de Aceleração do Crescimento da COHAB-Pa, todas integrantes do eixo social urbano do PAC avançou de 38,36 até o mês de fevereiro de 2010 para 45,35% até o mês de maio de 2010.....	19
5 - NÍVEL DE ATIVIDADE DA CONSTRUÇÃO:.....	21
5.1 - Aquecimento da economia e base depreciada de 2009 proporcionam taxa de crescimento de 159,22% em setembro de 2010 na comparação com setembro de 2009.....	21
5.2 - Mercado Imobiliário.....	22
5.2.1 - Produção Imobiliária do Município de Belém com base nos Certificados de Habite-se emitidos em setembro de 2010.....	22
5.2.2 - O aumento de 27,00% das áreas regularizadas pelo CREA no ano de 2010 em relação ao mesmo intervalo de tempo de 2009 é um dos fatores que registra a forte expansão da Construção Civil no ano de 2010.....	24
5.3 – Investimento cria ambiente seguro para crescimento do PIB no segundo trimestre 2010.....	26
5.4 - Concessão de crédito aumenta em 2010 e eleva o crescimento da Construção Civil paraense.....	27
5.5 – Financiamentos Imobiliários do SBPE com recursos da caderneta de poupança crescem e puxam a expansão da Indústria da Construção Civil no Estado do Pará.....	28

6 – EMPREGO FORMAL:	30
6.1 - Setor Serviços e Indústria da Construção Civil até o mês de setembro permanecem liderando a geração de empregos no Estado do Pará no ano de 2010.	30
6.2 - Análise Geográfica do Emprego Formal da Construção Civil Paraense.	31
6.3 - Na Região Metropolitana de Belém no acumulado do ano até o mês de setembro foram destaques na geração líquida de empregos formais, o Setor Serviços e Indústria da Construção Civil.	32
6.4 - Situação dos saldos de emprego no ano acumulado até o mês de agosto de 2010, na Construção Civil paraense por cargo, segundo municípios de maior relevância na geração de empregos formais.	33
7 - INSTITUIÇÕES QUE COLABORARAM PARA ELABORAÇÃO DESTE BOLETIM.	35

A – CONJUNTURA ECONÔMICA (INPC, IPCA, IGPM, INCC-DI: Construção).

1 – ÍNDICES DE PREÇOS:

1.1 – IPCA: Preços dos alimentos aumentam e provocam avanço da taxa de inflação em setembro.

Os alimentos voltaram a pressionar a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que avançou 0,45% em setembro. Os produtos alimentícios reverteram a deflação de 0,24% em agosto e avançaram 1,08% em setembro, contribuindo com 0,24 ponto percentual para o resultado do índice no mês. Apesar do maior impacto dos alimentos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indica aceleração em oito dos nove grupos que compõem o IPCA.

Quadro 1

GRUPO	VARIAÇÃO (%)		CONTRIBUIÇÃO (p.p.)	
	agosto	setembro	agosto	setembro
Índice geral	0,04	0,45	0,04	0,45
Alimentação e Bebidas	-0,24	1,08	-0,05	0,24
Habitação	0,23	0,40	0,03	0,05
Artigos de Residência	-0,31	0,46	-0,01	0,02
Vestuário	0,17	0,45	0,01	0,03
Transporte	-0,09	0,13	-0,02	0,03
Saúde e Cuidados Pessoais	0,26	0,36	0,03	0,04
Despesas Pessoais	0,20	0,34	0,02	0,03
Educação	0,44	0,08	0,03	0,01
Comunicação	-0,03	0,04	0,00	0,00

Fonte: IBGE

Mesmo com o avanço da inflação em oito grupos, a gerente de índices de preços do IBGE, Eulina Nunes dos Santos, ponderou que não houve uma alta generalizada, já que dentro de cada grupo houve pressões fortes de produtos específicos. Desta forma, habitação passou de 0,23% em agosto para 0,40% em setembro por conta da alta de 4,15% das tarifas de água e esgoto em São Paulo no dia 11 de setembro; o vestuário passou de 0,17% para 0,45% na mesma comparação devido à chegada da nova coleção ao mercado; os transportes saíram de uma deflação de 0,09% para uma alta de 0,13% em decorrência da alta de 7,58% das passagens aéreas; e as despesas pessoais subiram de 0,20% em agosto para 0,34% no mês passado devido ao salto de 0,03% para 0,55% dos empregados domésticos.

"Não foi um aumento generalizado. Em todos os grupos houve produtos pontuais. O que explica o resultado de setembro é basicamente o desempenho dos produtos alimentícios", disse Eulina. (www.valoronline acesso em 07/10/10).

E a principal pressão para o crescimento dos preços dos alimentos em setembro veio do setor externo. A seca em importantes produtores agrícolas - como a Rússia, que chegou a proibir a exportação de trigo - interrompeu três meses seguidos de deflação nos alimentos. Com isso, produtos como açúcar cristal, que caiu 0,06% em agosto e subiu 5,66% em setembro; óleo de soja, que passou de alta de 2,67% para 5,47% no mesmo período; e as carnes, que avançaram de 2,11% para 5,09%, mostraram forte aceleração de preços no mês passado, dentro de um grupo, alimentos e bebidas, que responde por 22,5% do IPCA.

"Já havia pressão de commodities no exterior, mas em setembro essa pressão chegou ao consumidor no Brasil", explicou Eulina. "Dá pra dizer que grande parte da causa dessa inflação é externa, com problemas climáticos e repercussão no mercado interno", reiterou, lembrando que a alta de 0,50% acumulada pelo IPCA no segundo trimestre é explicada basicamente pelo resultado de setembro, depois de avanços de 2,06% no primeiro trimestre e de 1% no segundo trimestre. (www.valoronline acesso em 07/10/10).

Na inflação acumulada entre janeiro e setembro, que atingiu 3,60%, os alimentos também apresentam o maior impacto, com alta de 4,61% e impacto de 1,04 ponto percentual, ou um terço do IPCA. Entre os maiores impactos individuais da inflação no ano estão produtos ligados à expectativa da inflação, com colégios, com 6,64% de alto e impacto de 0,32 ponto percentual; empregado doméstico, com 8,24% e impacto de 0,28 p.p.; e ônibus urbano, com alta acumulada de 7,16% e impacto de 0,27 p.p.. No total, 27 produtos contribuem com 3,10 pontos percentuais e explicam 86% da inflação no ano.

Em contrapartida, há outros produtos que impediram um aumento maior do IPCA. O etanol caiu 9% desde janeiro, a gasolina ficou 0,52% mais barata, os veículos novos viram uma redução de preços de 0,73%, os usados recuaram 1,86% e as passagens aéreas acumulam baixa de 6,36%.

Em 12 meses, o IPCA passou para 4,70% acima do mesmo intervalo de tempo de 2009, 4,34%.

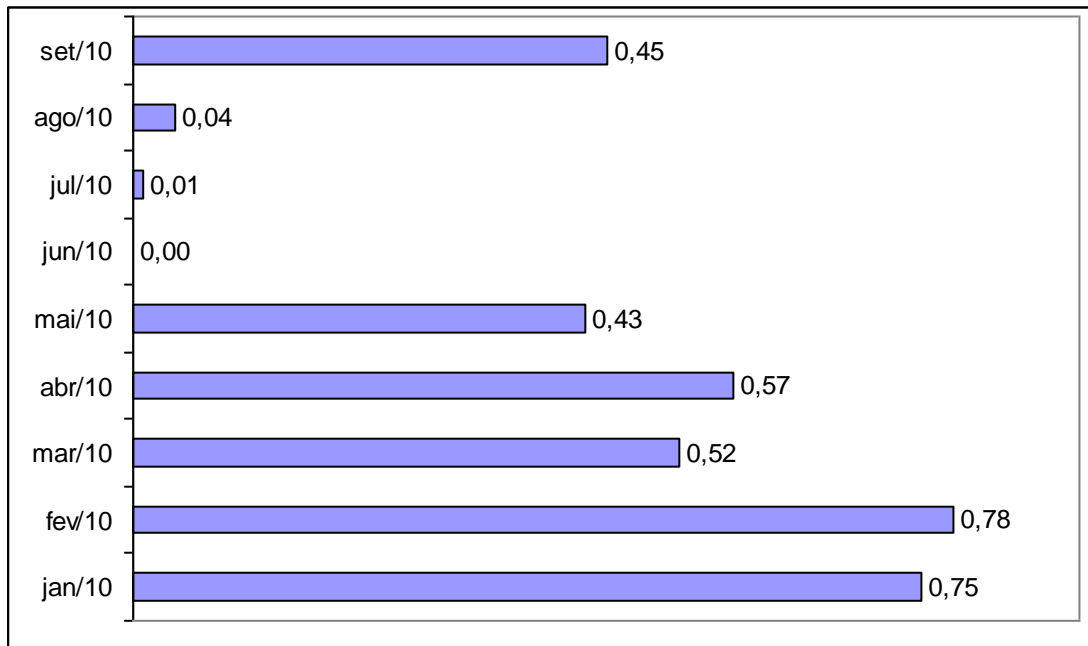
Dentre os índices regionais no acumulado do ano, os maiores foram registrados no Curitiba, Rio de Janeiro e Belém com 4,22%, 4,18%, e 3,98%.

Quadro 2

REGIÃO	PESO REGIONAL (%)	VARIACÃO (%)		
		Mês		No ano
		agosto	setembro	
Brasília	3,37	-0,16	0,80	3,25
São Paulo	33,06	0,00	0,68	3,58
Goiânia	3,73	0,41	0,50	2,49
Belo Horizonte	10,83	0,04	0,42	3,65
Fortaleza	3,87	-0,01	0,41	3,44
Belém	4,15	-0,29	0,36	3,98
Curitiba	7,42	0,64	0,36	4,22
Recife	4,11	-0,54	0,29	2,24
Rio de Janeiro	13,68	0,01	0,28	4,18
Porto Alegre	8,92	0,24	0,19	3,21
Salvador	6,86	-0,20	0,19	3,78
Brasil	100,00	0,04	0,45	3,60

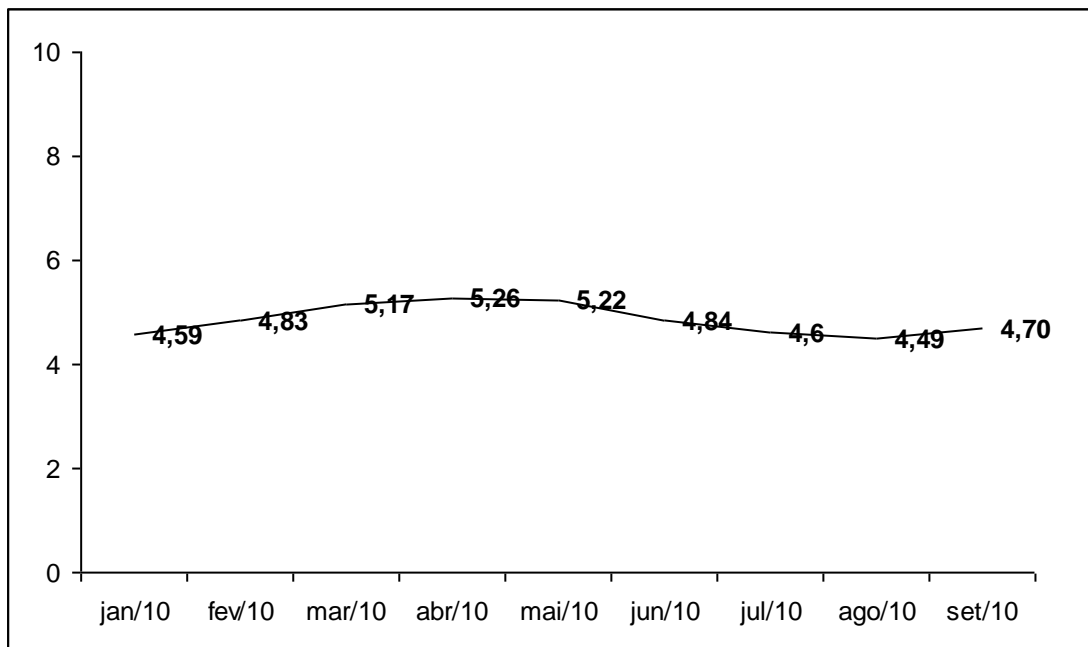
Fonte: IBGE

Figura 1
IPCA
Variação mensal



Fonte: IBGE e FGV
Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

Figura 2
IPCA
Em 12 meses



Fonte: IBGE e FGV
Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

1.2 – INPC: fica em 0,54% em setembro.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), registrou alta de 0,54% em setembro, bem acima de da taxa de setembro de 2009, 0,16%.

Com esse resultado o acumulado de janeiro a setembro de 2010 ficou em 3,80%, bem acima da taxa de 3,23% relativa a igual período de 2009. Considerando os últimos 12 meses, o índice esta em 4,68%, acima da taxa 4,45%, referente ao mesmo intervalo de tempo de 2009.

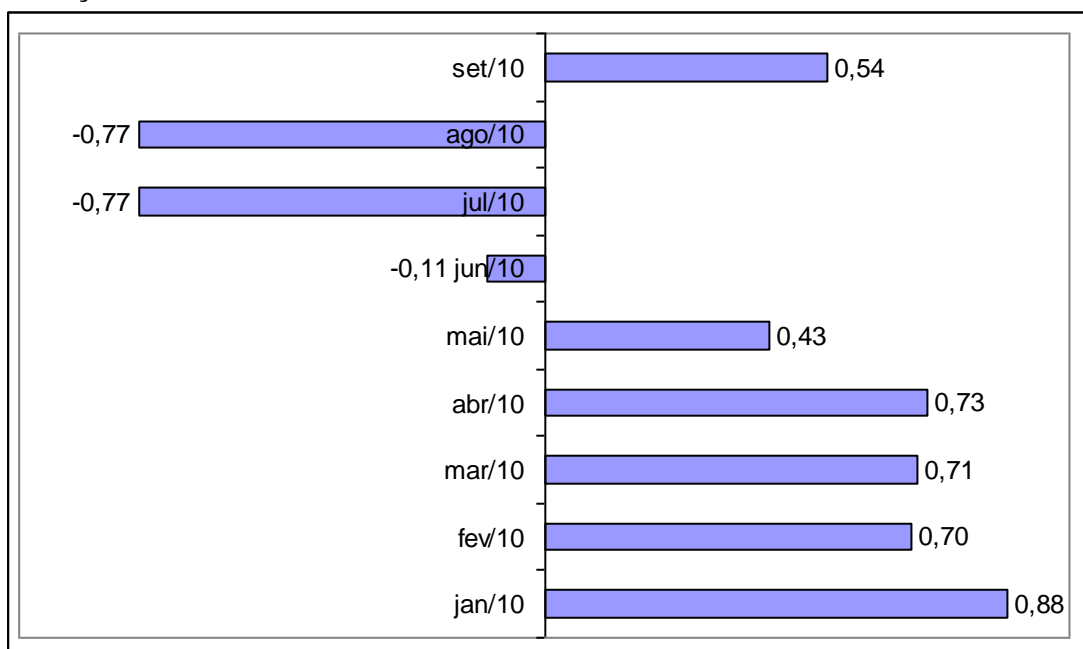
Dentre os índices regionais, o maior ficou em Brasília (1,04%), onde os alimentos aumentaram 2,31% e a energia elétrica ficou 4,59% mais cara. O menor foi o de Porto Alegre (0,23%), em virtude principalmente, do resultado dos alimentos, conforme tabela abaixo.

Quadro 3

REGIÃO	PESO REGIONAL (%)	VARIÇÃO (%)		
		Mês		No
		agosto	setembro	No ano
Brasília	2,26	-0,09	1,04	3,54
São Paulo	25,64	0,07	0,80	4,39
Goiânia	5,11	0,19	0,65	3,07
Belo Horizonte	11,08	0,00	0,57	3,60
Fortaleza	6,39	-0,02	0,48	3,36
Recife	7,13	-0,86	0,45	1,96
Salvador	10,59	-0,28	0,45	3,71
Curitiba	7,16	0,47	0,45	4,87
Rio de Janeiro	10,16	0,06	0,30	4,26
Belém	6,94	-0,66	0,29	3,92
Porto Alegre	7,54	0,08	0,23	3,05
Brasil	100,00	-0,07	0,54	3,80

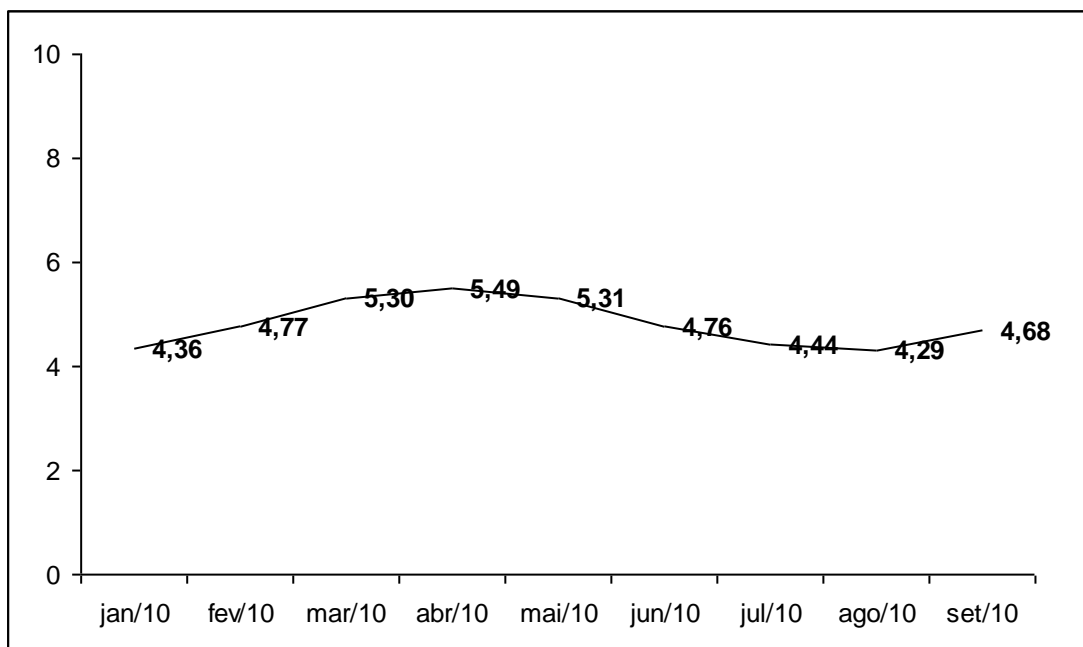
Fonte: IBGE

Figura 3
INPC
Variação mensal



Fonte: IBGE e FGV
 Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

Figura 4
INPC
Em 12 meses



Fonte: IBGE e FGV
 Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

1.3 – IGP-M: Câmbio ajuda a segurar preços no Atacado.

A alta dos preços no atacado em setembro foi a maior desde julho de 2008, o auge do processo inflacionário do período pré-crise de 1,60%. A alta do índice de preços

no atacado foi o principal responsável pelo aumento de 1,15% registrado no mês de setembro, ante 0,77% no mês de agosto.

Segundo o coordenador de preços da Fundação Getulio Vargas, Salomão Quadros “O câmbio está tendo um papel importante para segurar a alta mais forte dos preços. Não só pela valorização, mas principalmente por sua estabilidade em patamares valorizados, o que dá ao empresário uma previsibilidade maior, por pior que seja o efeito aos exportadores” (Jornal Valor Online acessado em 30.09.2010).

O principal item a registrar elevações entre os produtos industriais, no caso do IPA Industrial foram os alimentos processados - alta com alta de 1,60% % em setembro.

As commodities estão substituindo o câmbio na formação dos preços dos IGPs ao longo do ano. O câmbio é muito importante para amortizar choques externos de preços ou mesmo baratear insumos para a indústria, mas são as oscilações das commodities que explicam as variações nos IGPs, de acordo com Fábio Ramos, economista da Quest Investimentos. “Se desconsiderar alimentos, minério de ferro e combustíveis –a variação em setembro é zero” (Jornal Valor Online 30.09.2010).

Segundo Quadros da FGV (Valor online 30.09.2010), já é possível perceber a transmissão de preços no atacado para o consumidor. A alta de 0,34% no Índice de Preços ao Consumidor interrompeu a série de três meses consecutivos de deflação. “Foi a série mais longa de três meses consecutivos de deflação”.

Nos nove meses de 2010, os preços agrícolas já acumulam alta de 12,2%, patamar que foi ainda mais expressivo entre as matérias primas brutas, que tiveram alta de 23,3% entre janeiro e setembro - as elevações foram muito superiores aos 7,9% acumulados pelo IGPM em igual período. Dentre os itens do IPC que acumulou 3,7% no ano, são justamente os alimentos que apresentaram uma das maiores altas: 4,43% entre janeiro e setembro.

Em razão da atual valorização do câmbio, o Ministro da Fazenda Guido Mantega, vem indicando que algo pode ser feito para atenuar a queda na cotação, nos próximos dias.

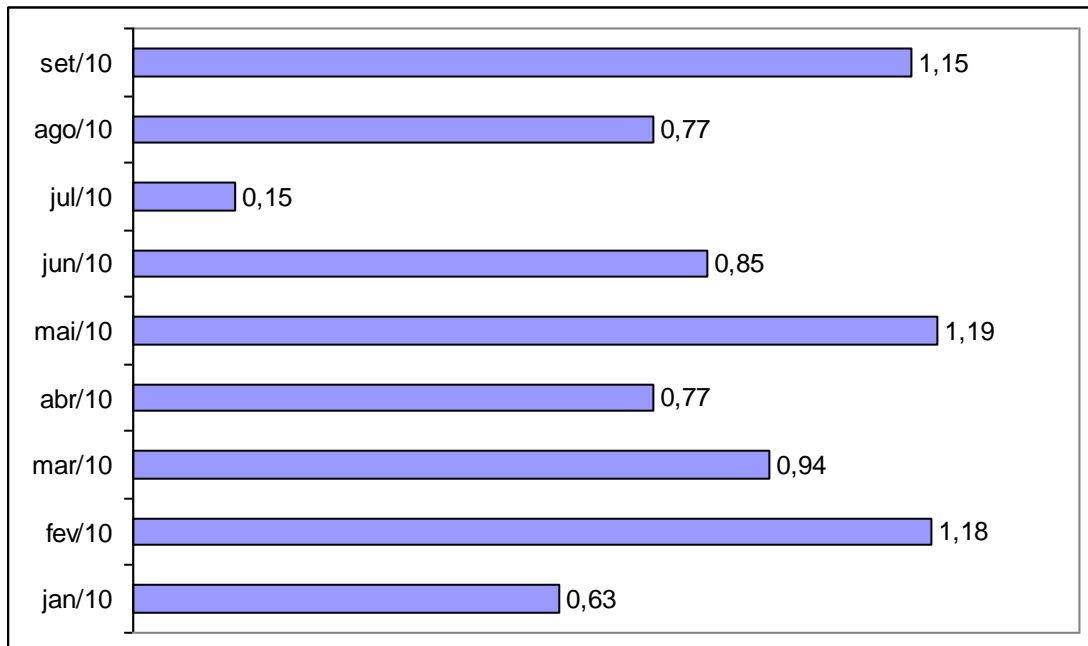
O Índice Nacional de Preços da Construção, que responde por 10% na formação do IGP-M permaneceu estável com variação de 0,22% em setembro, em comparação com 0,20% em agosto.

IGP-M em %

Itens	Agosto	Setembro	Var(%)
IGPM	431,445	436,423	1,15
IPA agrícola	595,275	622,428	4,56
IPA Industrial	421,761	424,580	0,67
Bens Finais	286,258	289,952	1,29
Bens Intermediários	423,583	425,012	0,34
Matérias Primas Brutas	552,390	574,920	4,08
IPC	341,963	343,115	0,34
Alimentação	283,633	285,224	0,56
Habitação	453,609	454,619	0,22
Vestuário	160,481	161,631	0,72
Transportes	343,581	343,961	0,11
INCC	447,996	448,892	0,20

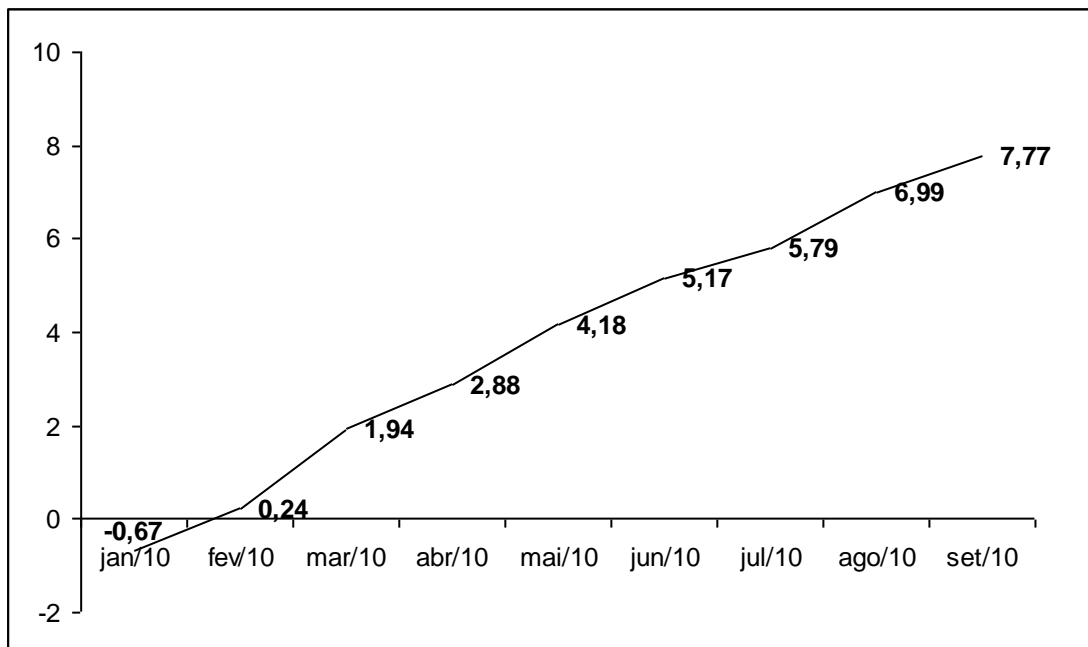
Fonte: www.FGV, Acesso em 30.09.2010.

Figura 5
IGPM
Variação mensal



Fonte: FGV
 Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

Figura 6
IGPM
Em 12 meses



Fonte: FGV
 Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

2 - INDICADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL:

2.1 - INCC-DI: Aumenta 0,21% no mês de setembro.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas, o Índice Nacional de Custo da Construção-DI (INCC-DI) registrou, em setembro taxa de variação de 0,21%, acima do resultado do mês anterior de 0,14%. Dos três grupos componentes do índice, apenas Materiais e Equipamentos apresentou aceleração tendo a taxa avançada de 0,17% em agosto para 0,41% em setembro. Em sentido inverso, a taxa do grupo Serviços passou 0,48% para 0,33%, enquanto o grupo Mão-de-Obra recuou de 0,03% para 0,01%.

No ano, o índice registrou variação de 6,45% acima do índice de 2,78% registrado no mesmo intervalo de tempo do ano anterior. Em 12 meses teve variação de 6,94% acima da taxa de 4,27% registrada em igual período do ano anterior.

Quadro 4

Grupos com maiores influências positivas nos resultados do INCC-DI no mês de Setembro/2010

Itens	Agosto (%)	Setembro (%)
Tijolo/telha cerâmica	1,50	1,07
Tubos e conexões de PVC	0,08	2,22
Projetos	0,96	0,38
Condutores elétricos	2,75	3,71
Cimento portland comum	0,07	1,10

Fonte: IBRE/FGV

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

Quadro 5

Maiores influências negativas nos resultados do INCC do mês de Set/2010

Itens	Agosto/10(%)	Setembro/10(%)
Vergalhões e arames de aço ao carbono	-0,64	-0,82
Tubos e conexões de ferro e aço	-0,13	-0,49
Ladrilhos e placas para pisos	-0,17	-0,03

Fonte: Divisão de Gestão de Dados – IBRE/FGV

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

Quadro 6

Evolução dos itens de dispêndios do INCC- mês de Set/2010

INCC – Todos os itens	Índice Base Ag/94=100	% Mês Anterior	% Mês	% Ano	% 12 Meses
Materiais, equipamentos e serviços	384,395	0,23	0,39	4,86	5,37
Mão-de-obra	533,847	0,03	0,01	8,20	8,65

Fonte: Divisão de Gestão de Dados – IBRE/FGV

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

Quadro 7 Índices de Preços

Índices	Agos/08	Set/08	Out/08	Nov/08	Dez/08	Jan/09	Fev/09	Mar/09	Abr/09	Mai/09	Jun/09	Jul/09	Ago/09
INCC-DI	<u>398.202</u>	<u>401.975</u>	<u>405.090</u>	<u>407.109</u>	<u>407.807</u>	<u>409.166</u>	<u>410.262</u>	<u>409.216</u>	<u>409.042</u>	<u>414.742</u>	<u>417.657</u>	<u>418.757</u>	<u>418.528</u>
%mês	1,18	0,95	0,77	0,50	0,17	0,33	0,27	-0,25	-0,04	1,39	0,70	0,26	-0,05
%a.a.	9,24	10,27	11,13	11,68	11,87	0,33	0,60	0,35	0,30	1,70	2,42	2,69	2,63
%12m	11,40	11,88	12,18	12,34	11,87	11,82	11,67	10,66	9,65	8,98	7,67	6,40	5,10
CUB/99	---	---	-----	-----	-----	-----	-----	-----	=====	=====	=====	=====	=====
%mês	---	---	-----	-----	-----	-----	-----	-----	=====	=====	=====	=====	=====
%a.a.	---	---	-----	-----	-----	-----	-----	-----	=====	=====	=====	=====	=====
%12m	---	---	-----	-----	-----	-----	-----	-----	=====	=====	=====	=====	=====
IPCA	<u>2.854.1300</u>	<u>2.861.55</u>	<u>2.874.43</u>	<u>2.884.78</u>	<u>2.892.86</u>	<u>2.906.74</u>	<u>2.922.73</u>	<u>2.928.57</u>	<u>2.942.63</u>	<u>2.956.46</u>	<u>2.967.10</u>	<u>2.974.22</u>	<u>2.978.68</u>
%mês	0,28	0,26	0,45	0,36	0,28	0,48	0,55	0,20	0,48	0,47	0,36	0,24	0,15
%a.a.	4,48	4,76	5,23	5,61	5,90	0,48	1,03	1,23	1,72	2,20	2,57	2,81	2,97
%12m	6,17	6,25	6,41	6,39	5,90	5,84	5,90	5,61	5,53	5,20	4,80	4,50	4,36
IGP-M	<u>406.127</u>	<u>406.557</u>	<u>410.524</u>	<u>412.104</u>	<u>411.575</u>	<u>409.782</u>	<u>410.849</u>	<u>407.808</u>	<u>407.181</u>	<u>406.885</u>	<u>406.486</u>	<u>404.718</u>	<u>403.253</u>
%mês	-0,32	0,11	0,98	0,38	-0,13	-0,44	0,26	-0,74	-0,15	-0,07	-0,10	-0,43	-0,36
%a.a.	8,35	8,47	9,53	9,95	9,81	-0,44	-0,18	-0,92	-1,07	-1,14	-1,24	-1,67	-2,02
%12m	13,63	12,31	12,23	11,88	9,81	8,15	7,86	6,27	5,38	3,64	1,52	-0,67	-0,71
INPC	<u>2.936.18</u>	<u>2.940.58</u>	<u>2.955.28</u>	<u>2.966.51</u>	<u>2.975.11</u>	<u>2.994.15</u>	<u>3.003.43</u>	<u>3.009.44</u>	<u>3.025.99</u>	<u>3.044.15</u>	<u>3.056.93</u>	<u>3.063.96</u>	<u>3.066.41</u>
%mês	0,21	0,15	0,50	0,38	0,29	0,64	0,31	0,20	0,55	0,60	0,42	0,23	0,08
%a.a.	5,09	5,25	5,77	6,17	6,48	0,64	0,95	1,15	1,71	2,32	2,75	2,99	3,07
%12m	7,15	7,04	7,26	7,20	6,48	6,43	6,25	5,92	5,83	5,45	4,94	4,57	4,44
CUB/06	<u>690.04</u>	<u>722.69</u>	<u>734.14</u>	<u>725.03</u>	<u>729.86</u>	<u>732.05</u>	<u>744.41</u>	<u>742.21</u>	<u>743.78</u>	<u>739.05</u>	<u>738.92</u>	<u>734.91</u>	<u>734.71</u>
%mês	0,85	4,73	1,58	-1,24	0,67	0,30	1,69	-0,30	0,21	-0,64	-0,02	-0,54	-0,03
%a.a.	2,75	7,62	9,32	7,97	8,65	0,30	2,02	1,69	1,91	1,26	1,24	0,69	0,66
%12m	8,06	11,87	12,99	7,41	8,65	6,82	10,29	11,85	12,75	9,64	9,25	7,41	6,47
Sinapi-Pa	<u>613.06</u>	<u>618.73</u>	<u>644.91</u>	<u>653.22</u>	<u>655.61</u>	<u>656.75</u>	<u>664.10</u>	<u>665.67</u>	<u>666.09</u>	<u>666.45</u>	<u>667.62</u>	<u>669.03</u>	<u>672.61</u>
%mês	1,21	0,92	4,23	1,29	0,37	0,17	1,12	0,24	0,06	0,05	0,18	0,21	0,54
%a.a.	5,84	6,82	11,34	12,77	13,18	0,17	1,29	1,53	1,60	1,65	1,83	2,05	2,59
%12m	10,53	8,25	12,59	13,71	13,18	12,45	12,71	12,81	12,76	12,40	11,22	10,45	9,71

Fonte: IBGE, FGV e Sinduscon – PA.

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

(---) ABNT 12.721:06 Não permiti divulgação dos índices do C.U.B./99.

Índices	Set/09	Out/09	Nov/09	Dez/09	Jan/10	Fev/10	Mar/10	Abr/10	Mai/10	Jun/10	Jul/10	Ago/10	Set/10
INCC-DI	419,147	419,405	420,635	421,051	423,740	425,268	428,476	432,079	439,914	444,718	446,688	447,996	448,222
%mês	0,15	0,06	0,29	0,10	0,64	0,36	0,75	0,84	1,81	1,09	0,62	0,22	0,21
%a.a.	2,78	2,84	3,15	3,25	0,64	1,00	1,76	2,72	4,48	5,62	6,09	6,18	6,45
%12m	4,27	3,53	3,32	3,25	3,56	3,66	4,71	5,63	6,07	6,48	6,67	6,80	6,94
CUB/99	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
%mês	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
%a.a.	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
%12m	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
IPCA	2.985,83	2.994,19	3.006,37	3.017,59	3.040,22	3.063,93	3.079,86	3.097,42	3.110,74	3.110,74	3.111,05	3.112,29	3.126,29
%mês	0,24	0,28	0,41	0,37	0,75	0,78	0,52	0,57	0,43	0,00	0,01	0,04	0,45
%a.a.	3,21	3,50	3,93	4,31	0,75	1,54	2,06	2,65	3,09	3,09	3,10	3,14	3,60
%12m	4,34	4,17	4,22	4,31	4,59	4,83	5,17	5,26	5,22	4,84	4,60	4,49	4,70
IGP-M	404,945	405,129	405,548	404,499	407,049	411,843	415,734	418,917	423,885	427,489	428,150	431,445	436,423
%mês	0,42	0,05	0,10	-0,26	0,63	1,18	0,94	0,77	1,19	0,85	0,15	0,77	1,15
%a.a.	-1,61	-1,57	-1,46	1,72	0,63	1,82	2,78	3,56	4,79	5,68	5,85	6,66	7,89
%12m	-0,40	-1,31	-1,59	1,72	-0,67	0,24	1,94	2,88	4,18	5,17	5,79	6,99	7,77
INPC	3.071,32	3.078,69	3.090,08	3.097,50	3.124,76	3.146,63	3.168,97	3.192,10	3.205,83	3.202,30	3.200,30	3.197,82	3.215,09
%mês	0,16	0,24	0,37	0,24	0,88	0,70	0,71	0,73	0,43	-0,11	-0,07	-0,07	0,54
%a.a.	3,23	3,48	3,86	4,11	0,88	1,59	2,31	3,05	3,50	3,38	3,31	3,24	3,80
%12m	4,45	4,18	4,17	4,11	4,36	4,77	5,30	5,49	5,31	4,76	4,44	4,29	4,68
CUB/06	737,70	756,77	758,66	759,97	761,29	763,56	766,51	769,11	772,00	774,02	774,42	776,85	806,19
%mês	0,41	2,59	0,25	0,17	0,17	0,30	0,39	0,34	0,38	0,26	0,05	0,31	3,78
%a.a.	1,07	3,70	3,95	4,13	0,17	0,47	0,86	1,20	1,58	1,85	1,90	2,22	6,08
%12m	2,08	3,08	4,64	4,13	3,99	2,57	3,27	3,41	4,46	4,75	5,38	5,74	9,28
Sinapi(1)	674,18	694,83	697,00	698,31	699,84	706,19	708,92	710,89	712,64	716,77	718,94	720,27	748,59
%mês	0,23	3,06	0,33	0,19	0,22	0,91	0,39	0,28	0,25	0,58	0,30	0,18	3,93
%a.a.	2,83	5,98	5,28	6,51	0,22	1,13	1,52	1,80	2,05	2,64	2,95	3,14	7,20
%12m.	8,96	7,74	5,93	6,51	6,56	6,34	6,50	6,73	6,93	7,36	7,46	7,09	11,04

Fonte: IBGE, FGV e Sinduscon – PA.

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

(---) ABNT 12.721:06 não permiti divulgação dos índices do C.U.B./99.

(1) Sinapi/Pa-IBGE.

2.2 - CUB – Pará: Aumento da mão-de-obra eleva a taxa de crescimento do Cub para 3,78% em setembro, em comparação com agosto 0,31%.

A variação do Custo Unitário Básico, indicador da Construção Civil no Estado do Pará que havia sido de 0,31% em agosto, evoluiu para 3,78% em setembro. A parcela da mão-de-obra registrou variação de 9,47% em relação a agosto. A elevação indicada no custo da mão-de-obra deve-se ao aumento dos salários dos trabalhadores da Construção.

O grupo Materiais e Equipamentos teve uma variação negativa de 0,18%, enquanto as Despesas Administrativas permaneceram estáveis sem variação. O custo por m² da construção em Belém, padrão representativo R8-N (Residência Multifamiliar, padrão normal com garagem, pilotis, oito pavimentos-tipo e 3 quartos), para o mês de setembro foi de R\$806,19 superior aos valores registrados no mês de agosto, R\$776,85.

Quadro 8
Estado do Pará
Indicadores da Construção Civil
Variações anual e em 12 meses
Setembro/2010

Indicadores da Construção Civil	Variação (%) no ano	Variação (%) em 12 meses
CUB-Pa	6,08	9,28
INCC-DI	6,45	6,94
SINAPI-Pa	7,20	11,04

Fontes: Sinduscon – PA, FGV e IBGE.

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa FGV

Em setembro, registrou aumento no CUB, em relação ao IGPM do mês de setembro (1,15%), o custo das construtoras com os seguintes materiais:

- Chapa compensado plastificado 18 mm 2,20 x 1,10 m – m² (1,26%)
- Telha fibrocimento ondulada 6 mm 2,44 x 1,10 m – m² (1,75%)
- Vidro liso transparente 4 mm colocado com massa m² (2,15)

Os principais insumos da construção que se situaram abaixo do IGPM do mês de setembro (1,15%) foram:

- Areia média m³ (-0,30%)
- Brita n° 02 m³ (-0,06%)
- Porta interna semi-oca para pintura 0,60 x 2,10 m – um (-0,40%)
- Janela de correr tamanho 1,20 m x 1,20 m em 2 folhas, em perfil de chapa de ferro dobrada n° 20, com tratamento em fundo anticorrosivo m² (-0,51%)

O CUB é um Indicador dos custos da construção civil no Estado do Pará, calculado e divulgado mensalmente pelo Sinduscon-Pa, de acordo com a Lei 4.591 e com a Norma Técnica da ABNT NBR 12721:06 e tem como objetivo a produção de informações de custos da construção civil no Estado do Pará, de forma sistematizada. Os custos correspondem aos valores do metro quadrado da construção para os diversos padrões estabelecidos pela ABNT 12721:06 e são utilizados pelo INSS para emissão do CND das obras da construção civil, bem como também, pelas empresas para o preenchimento da documentação do Memorial de Incorporação a ser apresentado ao Cartório de Registro de Imóveis. Além da possibilidade de utilizá-lo como importante indicador para avaliar a evolução dos custos da Indústria da Construção Civil no Estado do Pará.

Quadro 9
Dispêndios do CUB
Comparativo: setembro/agosto/2010

DESPESAS	Setembro/10	% No Mês	Acumulado em 2010
MÃO-DE-OBRA	348,36	9,47	9,47
MATERIAIS e EQUIPAMENTOS	442,23	-0,18	3,46
DESP. ADMINISTRATIVAS	15,60	0,00	9,09
TOTAL GERAL	806,19	3,78	6,08

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

Fonte: Sinduscon-Pa

Quadro 10**Evolução dos Custos Unitários Básicos da Construção Civil****Estado do Pará - NBR 12.721/06****Setembro/10**

Projetos	Padrão de Acabamento	Código	Setembro	(%) no Mês	(%) no ano
Residenciais					
R – 1 (Res. Unifamiliar)	Baixo	R 1 – B	814,04	3,57	6,32
	Normal	R 1 – N	951,36	4,15	6,77
	Alto	R 1 – A	1.192,34	3,62	6,66
PP (Prédio Popular)	Baixo	PP 4 – B	781,34	2,93	5,08
	Normal	PP 4 – N	906,12	3,72	6,08
R – 8 (Res. Multifamiliar)	Baixo	R 8 – B	749,57	2,82	4,97
	Normal	R 8 – N	806,19	3,78	6,08
	Alto	R 8 – A	984,58	3,26	6,03
R – 16 (Res. Multifamiliar)	Normal	R 16 – N	781,75	3,73	5,95
	Alto	R 16 – A	1.049,52	3,38	5,92
PIS (Proj. de Inter. Social)		PIS	546,66	3,38	4,60
RP1Q (Res. Popular)		RP1Q	808,89	4,68	5,88
Comerciais					
CAL-8 (Com. Andar Livre)	Normal	CAL – 8 N	939,26	3,61	5,73
	Alto	CAL – 8 A	1.007,68	3,34	5,66
CSL – 8 (Com. Salas e Lojas)	Normal	CSL 8 – N	812,28	3,79	5,97
	Alto	CSL 8 – A	885,11	3,56	5,99
CSL – 16 (Com. Salas e Lojas)	Normal	CSL 16 – N	1.084,94	3,76	5,88
	Alto	CSL 16 – A	1.181,25	3,52	5,87
GI (Galpão Industrial)		GI	475,20	3,66	5,85

FONTE: DEE/Assessoria Econômica/SINDUSCON-PA

* Não foram incluídos os itens descritos na seção 8.35 da NDR 12.721/06

* Mão-de-obra com encargos sociais

* Os algarismos 1, 4, 8, 16 indicam o número de pavimentos

* Baixo, Normal e Alto são padrões de acabamento

Discriminação dos projetos-padrões, de acordo com a ABNT NBR:
(12.721:2006)

• **Residencial Unifamiliar**

R1-B – Residencial Padrão Baixo: Residência com 1 pavimento, composta de dois dormitórios.

R1-N – Residencial Padrão Normal: Residência com 1 pavimento, composta de três dormitórios.

R1-A – Residencial Padrão Alto: Residência com 1 pavimento, composta de quatro dormitórios.

RP1Q – Residencial Popular: Residência com 1 pavimento composta de um dormitório.

• **Residencial multifamiliar**

PIS – Projeto de Interesse social: Edifício com quatro pavimentos tipo.

PP4-B – Prédio Popular: Edifício com três pavimentos tipos.

PP4-N – (Padrão Normal): Edifício com quatro pavimentos tipo.

• **Residencial multifamiliar**

R8-B – Padrão Baixo: Edifício com sete pavimentos tipo.

R8-N – Padrão Normal: Edifício com 8 pavimentos tipo.

R8-A – Padrão Alto: Edifício com 8 pavimentos tipos.

R16-N – Padrão Normal: Edifício com 16 pavimentos tipo.

R16-A – Padrão Alto: Edifício com 16 pavimentos tipo.

- **Edificação Comercial**

CSL-8 – Comercial Salas e Lojas: Edifício com 8 pavimentos tipo.

CSL-16 – Comercial Salas e Lojas: Edifício com 16 pavimentos tipo.

CAL-8 – Comercial Andar Livre: Edifício com oito pavimentos tipo.

- **Galpão Industrial (GI)**

Galpão com área administrativa, dois banheiros, um vestiário e um depósito.

Quadro 11**CUB: Evolução dos custos de materiais e de mão-de-obra****Estado do Pará – Jan/2008 a Set/2010**

ÍNDICE	CUB PONDERADO			MÃO-DE-OBRA		MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	DESP. ADM
	Mês/Ano	Valor/m ²	Variações	Variações	Valor/m ²		
	R\$	Mensal	Em 12 meses	R\$	% (mês)		
Jan/08	682,06	-1,23	---	258,95	0,00	410,96	12,15
Fev/08	674,98	-1,50	5,61	258,95	0,00	402,68	13,35
Mar/08	663,68	-1,67	8,08	260,73	0,69	389,97	12,98
Abr/08	659,65	-0,58	5,96	261,15	0,39	385,54	12,96
Mai/08	674,08	2,19	8,8	261,59	0,17	399,53	12,96
Jun/08	676,35	0,34	9,13	261,59	-0,17	401,92	12,96
Jul/08	684,22	1,16	10,83	261,15	-0,17	409,72	13,35
Ago/08	690,04	0,85	8,06	261,59	-0,17	410,94	13,17
Set/08	722,69	4,73	11,87	283,49	8,37	426,14	12,63
Out/08	734,14	1,58	12,99	283,49	0,00	431,94	12,63
Nov/08	725,03	-1,24	7,41	283,49	0,00	424,05	12,49
Dez/08	729,86	0,67	8,65	283,49	0,00	427,94	12,96
Jan/09	732,05	0,30	6,82	294,48	3,88	418,80	13,20
Fev/09	744,41	1,69	10,29	294,49	-0,32	436,72	13,20
Mar/09	742,21	-0,30	11,85	295,45	0,33	427,24	14,52
Abr/09	743,78	0,21	12,75	295,45	0,00	433,80	14,52
Mai/09	739,05	-0,64	9,64	295,45	0,00	429,08	14,52
Jun/09	738,92	-0,02	9,25	294,48	-0,33	431,01	13,43
Jul/09	734,91	-0,54	7,41	293,26	-0,41	427,79	13,86
Ago/09	734,71	-0,03	6,47	295,46	0,75	424,73	6,69
Set/09	737,70	0,41	2,08	294,48	-0,33	423,23	14,52
Out/09	756,77	2,59	3,08	318,86	8,28	424,67	13,24
Nov/09	758,66	0,25	4,64	318,22	0,20	427,04	13,40
Dez/09	759,97	0,17	4,13	318,22	0,00	427,44	14,30
Jan/10	761,29	0,17	3,99	318,22	0,00	428,57	14,49
Fev/10	763,56	0,30	2,57	318,22	0,00	430,31	15,03
Mar/10	766,51	0,39	3,27	318,22	0,00	433,26	15,03
Abr/10	769,11	0,34	3,41	318,22	0,00	435,54	15,35
Mai/10	772,00	0,38	4,46	318,22	0,00	438,37	15,41
Jun/10	774,02	0,26	4,75	318,22	0,00	440,32	15,48
Jul/10	774,42	0,05	5,38	318,22	0,00	440,58	15,62
Ago/10	776,85	0,31	5,74	318,22	0,00	443,02	15,61
Set/10	806,19	3,78	9,28	348,36	9,47	442,23	15,60

Fonte: DEE/Assessoria Econômica/SINDUSCON-PA

2.3 – SINAPI: Índice Nacional da Construção Civil (SINAPI) do IBGE, para o Estado do Pará, registrou variação de 3,93% em setembro, em comparação com 0,18% em agosto.

Índice Nacional da Construção Civil (SINAPI) do IBGE, em convênio com a CEF, registrou no Estado do Pará, em setembro, variação de 3,93%, ante variação de 0,18%, no mês de agosto. No ano, acumulado até setembro, registrou variação de 7,20%. Em 12 meses teve variação de 11,04%.

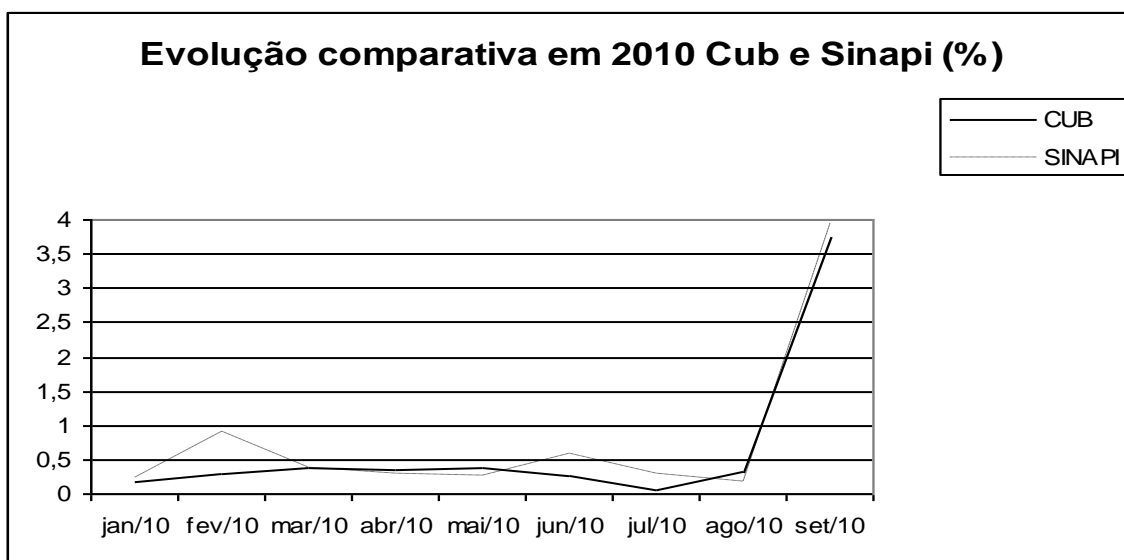
A nível Nacional no ano de 2010 a alta dos materiais fechou com 0,41% um pouco acima da taxa de agosto 0,39%. A parcela da mão-de-obra registrou variação de 0,27% contra 0,21% no mês de agosto.

De janeiro a setembro o acumulado dos materiais foi de 3,74%, acima dos 3,18% de igual período do ano passado, e a mão-de-obra com taxa de 8,59% também foi superior ao resultado do mesmo período de 2009 (6,55%).

Nos últimos 12 meses os materiais registraram variação de 4,86%, enquanto a mão-de-obra atingiu 10,10%. A Região Norte registrou a maior taxa regional do mês de setembro (1,78%), acima da taxa do mês de agosto 0,79% em decorrência de reajuste da mão-de-obra nos Estados do Pará e Roraima.

O Custo Nacional da Construção Civil (SINAPI) por m² no Estado do Pará, que no mês de agosto registrou R\$720,27 evoluiu para R\$748,59.

Figura 7
Estado do Pará
Janeiro a Setembro de 2010



Fontes: IBGE e Divisão de Gestão de Dados – IBRE/FGV
Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

3 - CONJUNTURA:

3.1 – Incorporadoras podem se livrar de norma que reduziria o lucro líquido das empresas em 43%, na média. A decisão oficial poderá ocorrer no dia 5 de novembro quando haverá reunião do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As incorporadoras imobiliárias brasileiras estão perto de escapar de uma armadilha contábil que causaria uma redução de 43% no lucro líquido e 25% do patrimônio líquido, de acordo com o estudo do Crédito Suisse (Valor Econômico 22.10.2010).

Se no início do ano era praticamente certo que as empresas teriam que mudar o método de reconhecimento contábil, registrando os valores recebidos somente no momento da entrega das chaves, o mais provável agora é que elas continuem fazendo o reconhecimento conforme o percentual de evolução das obras.

A decisão deverá ocorrer nas próximas semanas e uma posição oficial pode ser tomada no dia 5 de novembro quando haverá reunião do Comitê de Pronunciamento Contábeis, órgão responsável pela tradução e interpretação das normas internacionais (IFRS) que passam a ser usadas obrigatoriamente a partir do balanço fechado neste ano. A grande questão é embasar jurídica e tecnicamente a decisão de manter o método atual de reconhecimento da receita e ao mesmo tempo poder atestar que as grandes empresas estão seguindo o IFRS, o que precisa ser ratificado nos pareceres dos auditores.

O princípio básico do Brasil ter migrado para o sistema internacional – algo que agora está previsto por lei – era de tornar os balanços compatíveis as das empresas de outros países.

Na primeira leitura da norma, a maioria dos especialistas entendeu que as incorporadoras brasileiras teriam que mudar a maneira pela qual reconhecem a receita de venda dos imóveis (Valor Econômico 22.10.2010).

Contrários a esse entendimento, as empresas buscaram argumentos técnicos e jurídicos para justificar sua posição.

Os argumentos têm sido apresentados desde maio nas discussões de um grupo de trabalho criado pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM) para tratar do tema, e que envolve além de representantes da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), também o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon).

O Contexto da discussão

A discussão técnica que está sendo travada é sobre quando ocorre a transferência de riscos e benefícios da incorporadora para o comprador do imóvel. Se isso ocorre no momento da assinatura de compra e venda, com o imóvel ainda na planta, as incorporadoras podem manter o sistema atual de contabilidade.

Caso o entendimento seja que os riscos e benefícios só são transferidos quando se passa a escritura definitiva, a receita só poderia ser registrada no momento da entrega das chaves.

Entre os argumentos utilizados pelas empresas está o fato de que o comprador pode vender e penhorar o imóvel ainda em construção. Citam ainda, que em caso de desapropriação pelo governo, o comprador recebe indenização proporcional. Em conjunto os compradores poderiam ainda substituir a construtora em caso de atraso da obra.

Por outro lado o comprador não pode usar o imóvel, nem fazer alterações relevantes antes do receber as chaves.

3.2 - Participação nos lucros e resultados.

Com o advento da Lei nº 10.101, de 2000, a participação nos lucros e resultados das empresas (PRL) é cada vez mais utilizada como uma ferramenta para estimular a produtividade dos empregados.

Muitas empresas têm sido autuadas por suposto descumprimento da norma legal do não pagamento das contribuições previdenciárias. Essas autuações objetivam desnaturar o caráter de PLR dos resultados, atraindo, conseqüentemente, a incidência das contribuições previdenciárias sobre as respectivas parcelas, como se de salário se tratasse.

Em dezembro, a lei que regulamentou o pagamento da PLR aos empregados completará dez anos, mas apesar disso inexistem na jurisprudência balizas seguras a nortear a ação das empresas.

Não obstante, alguns cuidados podem ser tomados de forma a prevenir a desvirtuação da PLR pago.

De um modo geral, as atuações ocorrem por suposta irregularidade – descumprimento de formalidade - no momento do pagamento dos valores devidos aos empregados, visto que, de acordo com a lei, para que a parcela da participação nos lucros tenha natureza indenizatória, alguns requisitos devem ser observados.

As empresas devem estar atentas ao elaborar PLR's para que esses possuam regras bem claras e objetivas, sejam celebrados com a participação do sindicato de classe da categoria profissional dos seus empregados e com vigência máxima de dois anos.

Com relação à necessidade do programa possuir regras claras e objetivas, tal previsão deve evitar que os pagamentos sejam efetuados sem qualquer critério por parte do empregador, fazendo com que a PLR seja utilizada indevidamente como uma forma de pagamento indireto de salário. Exemplos de cláusulas que contem regras claras e objetivas são as que se referem a produtividade, absenteísmo, tempo de serviço, responsabilidade do cargo, atendimento de metas concretas previamente fixadas, dentre outras.

4 – EXECUÇÃO DAS OBRAS DO PAC (COHAB):

A execução das obras constantes no Programa de Aceleração do Crescimento da COHAB-Pa, todas integrantes do eixo social urbano do PAC avançou de 38,36 até o mês de fevereiro de 2010 para 45,35% até o mês de maio de 2010 (quadro 13).

O ritmo da execução do PAC da COHAB continua longe do ideal, mas tem aumentado e pode ter maior aceleração no ano de 2010.

Quadro 13
Investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (COHAB-Pa)
Período: 2010 até o mês de maio

COHAB – EMPREENDIMENTOS							Previsto Acumulado até	Executado Acumulado até	Índice Gerencial %
EMPREEND	Município	UNID. (Quartos)	ÁREA TOTAL (m²)	Nº FAMÍL. BENEFC.	OBJETO	Valor do contrato (R\$)	Mai/10	Mai/10	
Comunid. Jaderlândia	Castanhal	2	39	3.164	Obra de Infra-estrutura urbana: Sistema Viário, Drenagem Pluvial, Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Unidades Habitacionais: Construção e/ou Melhoria	R\$ 48.843.273,56	26.869.281,03	25.493.555,09	52,19
Comunid. J.J. Barbalho	Ananindeua	2	39	1.869	Obra de Infra-estrutura urbana: Sistema Viário, Drenagem Pluvial, Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Unidades Habitacionais: Construção e/ou Melhoria	R\$ 31.189.966,37	21.112.961,32	19.910.159,53	63,84
Comunid. Pantanal	Belém	2	39	1.692	Obra de Infra-estrutura urbana: Sistema Viário, Drenagem Pluvial, Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Unidades Habitacionais: Construção e/ou Melhoria	R\$ 23.933.945,82	5.197.817,15	4.410.199,58	18,43
Comunid. Pratinha	Belém	2	39	1.645	Obra de Infra-estrutura urbana: Sistema Viário, Drenagem Pluvial, Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Unidades Habitacionais: Construção e/ou Melhoria	R\$ 26.474.722,97	16.134.542,72	14.772.943,81	55,80
Comunid. Fé em Deus	Belém	2	39	1.689	Obra de Infra-estrutura urbana: Sistema Viário, Drenagem Pluvial, Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Unidades Habitacionais: Construção e/ou Melhoria	R\$ 17.903.811,74	18.690.466,79	18.545.163,95	103,58
Comunid. Taboquinha	Belém	2	39	1.862	Obra de Infra-estrutura urbana: Sistema Viário, Drenagem Pluvial, Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Unidades Habitacionais: Construção e/ou Melhoria	R\$ 49.573.205,75	10.453.324,10	9.598.900,51	19,36
Comunidade e Riacho Doce 1º Etapa	Belém	2	39	886	Obra de Infra-estrutura urbana: Sistema Viário, Drenagem Pluvial, Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Unidades Habitacionais: Construção e/ou Melhoria	R\$ 8.750.359,60	4.915.585,33	4.628.725,96	52,90
Comunidade e Riacho Doce 2º Etapa	Belém	2	39	1.000	Obra de Infra-estrutura urbana: Sistema Viário, Drenagem Pluvial, Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Unidades Habitacionais: Construção e/ou Melhoria	R\$ 16.413.779,41	6.636.136,38	5.280.830,66	32,17
Comunidade e Riacho Doce 3º Etapa	Belém	2	39	957	Obra de Infra-estrutura urbana: Sistema Viário, Drenagem Pluvial, Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Unidades Habitacionais: Construção e/ou Melhoria	R\$ 12.135.510,97	5.692.184,95	4.035.779,57	33,26
TOTAL			351	14.764		R\$ 235.218.576,19	115.702.299,77	106.676.258,66	45,35

Fonte: Diretoria de Urbanização e Construção – Gerência Estratégica de Urbanização (COHAB)
Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica - Sinduscon-Pa

5. NÍVEL DE ATIVIDADE DA CONSTRUÇÃO:

5.1 – Aquecimento da economia e base depreciada de 2009 proporcionam taxa de crescimento de 159,22% no consumo de energia elétrica da Indústria da Construção Civil, em Belém, no mês de setembro de 2010 na comparação com setembro de 2009.

Segundo a Celpa, o consumo de energia da Construção Civil, em Belém, no mês setembro atingiu 1.636.110 kwh, alta de 163,48% em relação a setembro do ano de 2009. No ano até o mês de setembro, o consumo de energia elétrica da Construção Civil, em Belém, avançou 158,75% em comparação com o mesmo intervalo de tempo de 2009.

O consumo de energia elétrica da Construção Civil em Belém continua apresentando taxas de crescimento expressivas em relação a igual período de 2009, em decorrência do aquecimento da economia, como também pela base depreciada do ano de 2009.

Na classe Construção de Edifícios no mês de setembro, o consumo subiu 159,22% em relação ao mesmo mês do ano de 2009 e 185% no acumulado dos nove primeiros meses de 2010, em comparação com o mesmo período de 2009. O maior avanço foi na classe de consumo Obras de Acabamento com alta de 365,03%, em relação a setembro de 2009. Entre janeiro e setembro de 2010, a citada classe de consumo teve um crescimento de 71,90% em relação a igual período do ano de 2009.

Na classe Preparação de terreno houve uma queda de 91,10% no consumo de energia elétrica no mês de setembro, entretanto no acumulado do ano mostra crescimento de 21,90%, em relação ao mesmo intervalo de tempo de 2009.

Quadro 14

Consumo de Energia Elétrica da Construção Civil Mês de Set/10 – Belém

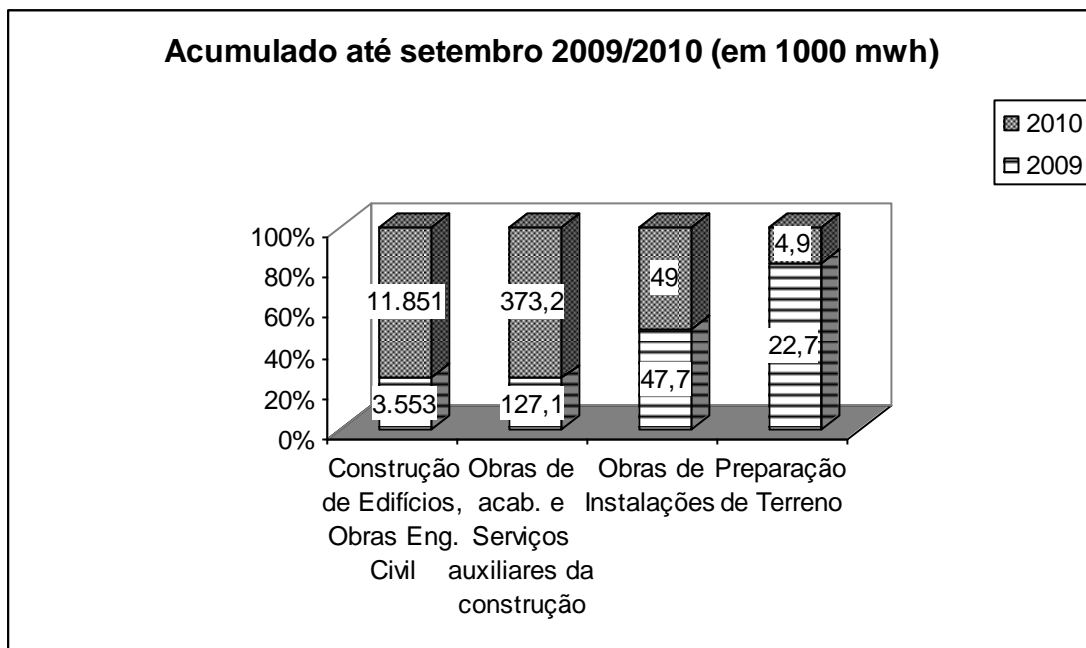
Classes de consumo	Consumo Faturado (KWH) Set/10	Var. no mês %	Var. no ano %	Por ordem no CNAE (...)
Construção de Edifícios, Obras Eng. Civil	1.532.835	159,22	185,96	2º
Obras de acab. e Serviços auxiliares da construção	95.954	365,03	71,90	5º
Obras de Instalações	7.095	9,85	3,08	4º
Preparação de Terreno	226	-91,10	21,90	1º
Total	1.636.110	163,48	158,75	

Fonte: Rede Celpa

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

(...) Classificação Nacional das Atividades Econômicas

Figura 8
Consumo de Energia Elétrica da Construção Civil
Acumulado no ano até setembro.
Belém



Fonte: Rede Celpa

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

5.2 - Mercado imobiliário:

5.2.1 – Produção Imobiliária do Município de Belém com base nos Certificados de Habite-se emitidos em setembro de 2010.

A produção imobiliária do município de Belém, no mês de setembro de acordo com os dados de certificados de habite-se emitidos pela SEURB atingiu 249 unidades com o crescimento de 85,82% na comparação com setembro de 2009.

No ano até setembro de 2010 a produção imobiliária alcançou 969 unidades, com queda de 20,96%, em relação ao mesmo intervalo de tempo de 2009.

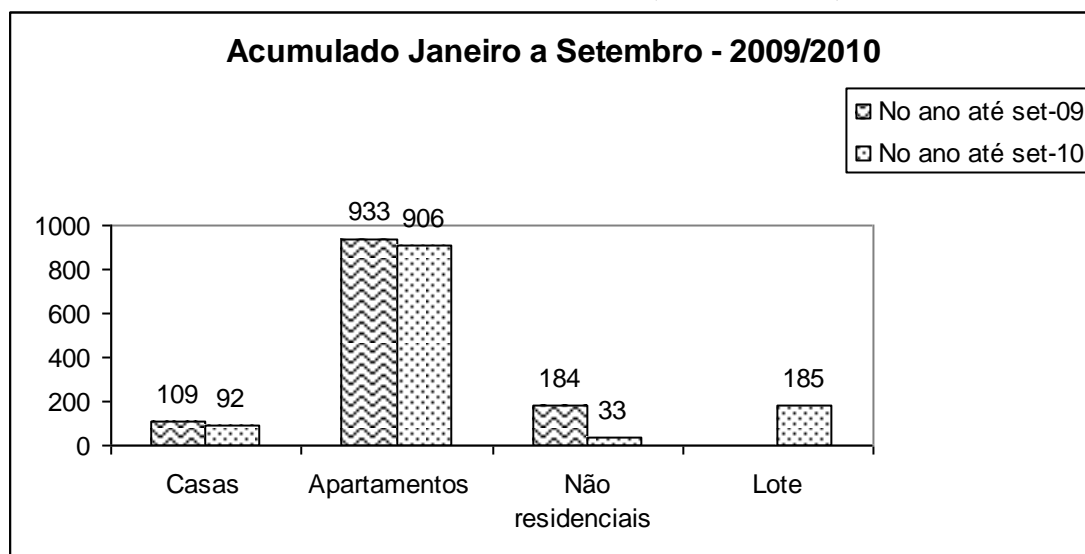
Quadro 15
Produção Imobiliária (1)
Belém
Setembro de 2010

Unidades Habitacionais	setembro/10	setembro/09	%	Até setembro/10	Até setembro/09	%
Casas Quant. M ²	12 1.667,80	6 1.425,73	100,0 16,98	92 16.846,16	109 13.657,00	-15,60 23,35
Apartamentos Quant. M ²	235 37.548,55	122 16.368,10	92,62 129,40	906 178.698,79	933 164.298,14	-2,89 8,76
Total Quant. M ²	247 39.216,35	128 17.793,83	92,97 120,39	751 216.247,34	1.042 177.955,14	-27,93 21,52
Não Residencial Quant. M ²	2 1.474,60	6 3.115,41	-66,67 47,33	33 44.663,74	184 46.549,65	-82,07 -4,05
Lotes Quant. M ²	--- ---	--- ---	--- ---	185 57.708,58	--- ---	--- ---
Total Quant. M²	249 40.690,95	134 20.909,24	85,82 94,61	969 318.619,66	1.226 224.504,79	-20,96 41,92

Fonte: SEURB (Secretaria Municipal de Urbanismo)

(1) Com base nos certificados de Habite-se emitidos pela SEURB – Belém

Figura 9
Produção Imobiliária com base nos certificados de Habite-se emitidos pela SEURB
Janeiro a setembro (2009 e 2010)
Belém (Em unidades)



Fonte: SEURB – Secretaria Municipal de Urbanismo de Belém

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

5.2.2 – O aumento de 27,00% das áreas regularizadas pelo CREA no ano de 2010 em relação ao mesmo intervalo de tempo de 2009 é um dos fatores que registra a forte expansão da Construção Civil no ano de 2010.

As áreas regularizadas dos empreendimentos da Construção Civil Paraense pelo CREA até o mês de setembro de 2010 (quadro 16) totalizaram 4.226.373,59 m² com crescimento de 27,00% na comparação com o mesmo intervalo de tempo do ano de 2009.

A elevada taxa de crescimento das áreas regularizadas pelo CREA-PA dos empreendimentos da construção civil paraense em 2010, reflete o aquecimento da construção civil paraense e por efeito da crise internacional a baixa a base de comparação do ano de 2009.

As participações relativas das inspetorias nas áreas regularizadas pelo CREA mostram mudanças expressivas de 2009 para 2010. O Município de Ananindeua que teve uma participação de 8,27% no ano de 2009 aumentou sua participação para 35,63% no ano de 2010.

Com relação ao Município de Belém os dados das áreas regularizadas pelo CREA nos empreendimentos da Construção Civil registram um recuo de 42,58% no ano de 2009, para 18,02% no ano de 2010 (Quadro 17).

O Município de Parauapebas registra evolução de 9,88% no ano de 2009 para 18,74% no ano de 2010 até o mês de setembro. Outros Municípios registraram quedas: Marabá 5,53% em 2009, para 2,07% em 2010 até o mês de setembro, Paragominas 3,97% no ano de 2009, para 2,32% no ano de 2010 e Santarém 3,91% em 2009, para 2,10% em 2010 até setembro.

A forte concentração de projetos do Programa Minha Casa Minha Vida em Ananindeua e em outros municípios próximos do Município de Ananindeua, são fatores que tem influenciado as mudanças nas participações relativas das inspetorias do CREA.

Quadro 16

**Total (em m²) dos empreendimentos de Construção Civil regularizados pelo CREA
- Pa no período de 2005 a 2010.**

Setembro de 2010

Inspetorias	2005 M ²	2006 M ²	2007 M ²	2008 M ²	2009 M ²	2010 M ² (1)
Altamira	6.618,18	11.092,65	23.396,36	17.529,53	62.367,86	112.686,72
Ananindeua	27.532,20	204.096,30	85.679,66	267.890,79	275.258,84	1.505.755,08
Barcarena	105.798,88	125.150,44
Belém	89.223,25	206.973,23	547.072,60	854.542,19	1.417.098,89	761.497,74
Capanema	44.681,32	141.810,87	227.132,73	250.269,68
Castanhal	23.072,58	37.038,27	18.350,07	103.003,62	99.129,08	156.663,23
Marabá	11.877,83	31.348,36	46.344,89	182.748,70	183.921,91	87.455,20
Paragominas	31.834,57	14.878,34	19.508,03	42.053,78	132.072,76	97.987,83
Parauapebas	98.496,02	174.116,65	133.658,99	253.635,43	328.933,90	791.950,28
Santarém	41.218,86	81.514,47	114.412,41	138.003,39	130.109,48	88.737,30
Tucuruí	46.655,13	48.313,13	68.729,74	74.917,36	63.460,66	50.988,19
Outros	38.212,94	34.790,88	53.646,17	282.607,00	304.950,40	197.231,90
Total anual	477.197,99	840.158,08	1.110.798,92	2.358.742,66	3.330.234,97	4.226.373,59

Fonte: CREA - PA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Pará.

(<http://www.creapa.com.br/creapa/estatistica/artempreendimentos.aspx>)

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/SINDUSCON-PA

(1) No ano de 2010 até 8/10/2010

Quadro 17

Estado do Pará.

**Participação Relativa dos municípios no montante dos empreendimentos da
Construção Civil regularizados pelo CREA-PA**

Período: 2005 a 2010

Setembro de 2010

INSPETORIAS	PART. RELATIVA 2005 %	PART. RELATIVA 2006 %	PART. RELATIVA 2007 %	PART. RELATIVA 2008 %	PART. RELATIVA 2009 %	PART. RELATIVA 2010 % (1)
Altamira	1,78	1,47	2,15	0,74	1,87	2,67
Ananindeua	6,31	23,67	7,82	11,37	8,27	35,63
Barcarena	3,12	2,96
Belém	33,14	24,94	49,18	36,79	42,58	18,02
Capanema	6,82	5,92
Castanhal	4,96	4,49	1,69	4,37	2,98	3,71
Marabá	2,33	3,41	3,38	7,75	5,53	2,07
Paragominas	5,80	1,80	1,77	1,78	3,97	2,32
Parauapebas	21,19	21,15	12,32	10,76	9,88	18,74
Santarém	8,59	9,24	10,51	5,86	3,91	2,10
Tucuruí	9,67	5,69	6,29	3,18	1,91	1,21
Outros	8,01	4,14	4,89	18,01	9,16	4,67
TOTAL ANUAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

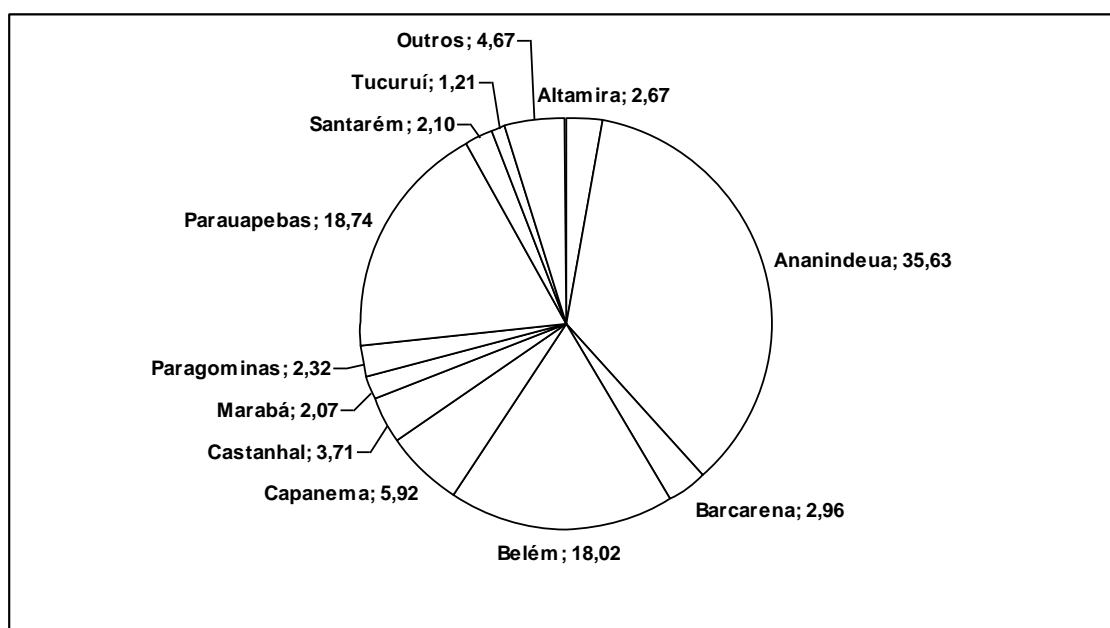
Fonte: CREA - PA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Pará.

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon - Pará.

(1) Até 08/10/2010

Figura 10

Participação relativa dos municípios no montante dos empreendimentos da Construção Civil regularizados pelo CREA-PA Acumulado no ano até 08/10/2010



Fonte: CREA - PA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Pará.

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon - Pará.

5.3 – Investimento cria ambiente seguro para crescimento do PIB no segundo trimestre 2010.

Depois de um quadro econômico péssimo, no qual os investimentos caíram fortemente e de maneira imediata, tão logo explodiu a crise mundial, no fim de 2008. O investimento é a variável mais sensível que denota a expectativa dos agentes quanto ao futuro. Como naquele momento de queda o quadro internacional era de pessimismo, com instituições falindo e toda a atividade desmoronando, o investimento despencou até atingir o fundo do poço no primeiro trimestre de 2008, mas o governo estimulou o investimento e a resposta veio rapidamente.

As condições estruturais para o crescimento acelerado têm apresentado melhorias. A alta do PIB no segundo trimestre de 1,2% em relação aos três primeiros meses do ano e de 8,8% em relação ao mesmo trimestre de 2009, demonstram que no ano é possível o avanço do PIB que deve alcançar 8%.

O aumento dos investimentos estimulados pelo Governo e a contratação de pessoal sinalizam que as condições para o crescimento estão dadas, onde se destacam o crescimento do emprego formal, os salários, os investimentos e a concessão de crédito que continua elevada.

As condições estruturais para sustentar um crescimento forte pode ser visualizado pela análise dos componentes da demanda doméstica do segundo trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para o consumo das famílias que cresceu 6,7%, induzido pelo crescimento de 7,3% na massa salarial real e o aumento de 17,1% das operações de crédito, bem como o consumo da administração pública que cresceu 5,1%.

Adicionando-se aos fatores acima, os investimentos representados pela Formação Bruta de Capital Fixo com aumento de 2,4% no período de abril a junho em

comparação com janeiro a março e de 26,5% em relação ao segundo trimestre de 2009 é possível explicar a forte expansão que a economia vem apresentando em 2010.

Dados divulgados pelo IBGE apontam que a Indústria da Construção Civil registrou crescimento de 16,4% no segundo trimestre deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado. No primeiro semestre de 2010, o setor cresceu 15,7% em relação aos primeiros seis meses de 2009, sendo considerado o setor que teve a maior expansão.

Retrospectivamente verifica-se que depois do crescimento elevado que a economia teve no primeiro trimestre, o mercado passou a precificar uma desaceleração baseada na acomodação da indústria depois da retirada dos estímulos fiscais e monetários vigentes até o fim do primeiro semestre. O resultado do primeiro trimestre vem abaixo dos primeiros três meses, mas não na proporção que se imaginava.

Existe uma série de fatores que contribuirão para a expansão do produto, dentre os quais podemos mencionar o elevado déficit habitacional e de infra-estrutura urbana como um todo que precisa ser preenchido.

Esse conjunto de fatores cria um horizonte de crescimento da demanda doméstica, num contexto de estabilidade macroeconômica.

Problemas com falta de mão-de-obra especializada para setores, como é o caso da Construção Civil, ocorrem, mas são ajustadas durante o transcorrer do crescimento econômico.

5.4 – Concessão de crédito aumenta em 2010 e eleva o crescimento da Construção Civil paraense.

Dados divulgado pelo IBGE e estimativas do Sinduscon-PA registram crescimento de 14,9% no segundo trimestre de 2010 do PIB da Construção Civil paraense.

Pode-se mencionar uma série de fatores que contribuíram para o elevado crescimento da Construção paraense no segundo trimestre 2010, onde se destacam a alta do emprego formal com crescimento de 8,0%, que propiciou um aumento da massa de salários com forte expansão das unidades habitacionais financiadas no Estado do Pará (Quadro 21).

Outro fator importante que está contribuindo para a expansão do PIB da Construção Civil do Estado do Pará é a recuperação da economia da Região de Carajás, depois de uma forte queda após a explosão da crise mundial, vem mostrando uma melhoria, onde Parauapebase foi responsável pela criação de 1.158 empregos com carteira assinada no segmento da Construção em 2010, até agosto.

Quadro 18
PIB da Construção Paraense
2008, 2009 e 2010

PERÍODO	PIB (1)	PIB do Estado do Pará (2)	PIB da Const. Civil Paraense (2)
	Valor (R\$milhões)	Valor (R\$milhões)	Valor (R\$milhões)
1º trim/08	665.500,00	12.444,00	823,40
2º trim/08	729.586,00	13.643,00	905,70
3º trim/08	747.337,00	13.975,00	924,30
4º trim/08	747.152,00	13.971,00	957,67
PIB/08	2.889.719,00	54.037,00	3.581,07
1º trim/09	717.431,00	13.415,95	890,81
2º trim/09	778.964,00	14.566,62	967,22
3º trim/09	797.020,00	14.904,27	989,64
4º trim/09	849.600,00	15.887,52	1.054,93
PIB/09	3.143.000,00	58.774,36	3.902,60
1º trim/10	826.400,00	15.536,42	997,70
2º trim/10	900.700,00	16.933,16	1.117,58

Fonte: (1) IBGE

(2) Estimativa do Sinduscon-Pa

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

5.5 – Financiamentos Imobiliários do SBPE com recursos da caderneta de poupança crescem e puxam a expansão da Indústria da Construção Civil no Estado do Pará.

No ano até julho de 2010 a recuperação do crédito imobiliário cuja fonte de recursos são as cadernetas de poupança vem ocorrendo com expansão elevada.

De janeiro a julho de 2010 os valores financiados do SBPE totalizaram R\$ 302,3 milhões, com o crescimento de 89,03% em relação ao mesmo intervalo de tempo de 2009. As informações do SBPE mostram crescimento diferenciado, pois enquanto o crédito imobiliário para construção registrou elevação de 176,17% o crédito para aquisição teve aumento de 33,39%.

Com relação ao número de unidades financiadas em 2010 até julho verifica-se um crescimento de 121,02%, também com comportamento diferenciado para construção que apresentou alta de 271,50%, enquanto que as unidades habitacionais relativamente ao crédito imobiliário para aquisição registraram leve alta de 14,76% (quadro 20).

Quadro 19
Estado do Pará
Financiamentos Imobiliários do SBPE
Em Julho de 2010
Em R\$1.000,00

Tipo de Financiamento	Julho/10	Variação %	Em 09 até Julho (b)	Em 10 até Julho (a)	a/b (%)
Construção	33.313,7	74,71	62.333,8	172.149,9	176,17
Aquisição	21.530,7	24,68	97.620,7	130.213,9	33,39
Total	54.844,4	59,94	159.954,5	302.363,8	89,03

Fonte: Banco Central do Brasil e SBPE

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

Quadro 20
Estado do Pará
Financiamentos Imobiliários para Aquisição e Construção
Número de unidades financiadas pelo SBPE.
Em Julho de 2010

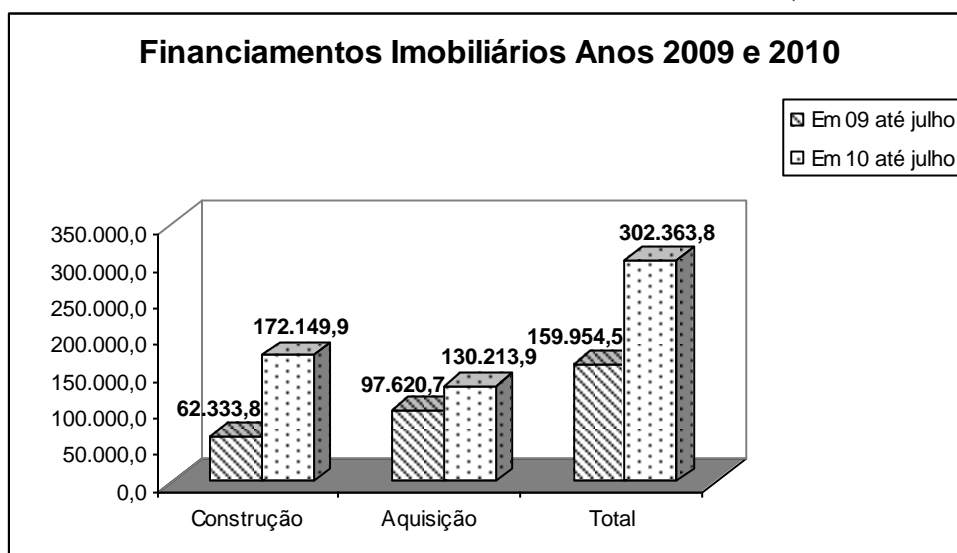
Tipo de Financiamento	Julho/10	Variação %	Em 09 até Julho (b)	Em 10 até Julho (a)	a/b (%)
Construção	422	189,04	579	2.151	271,50
Aquisição	157	26,61	820	941	14,76
Total	579	144,44	1.399	3.092	121,02

Fonte: Banco Central do Brasil e SBPE

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

Figura 11
Estado do Pará
Financiamentos Imobiliários
No ano de 2010 acumulado até Julho

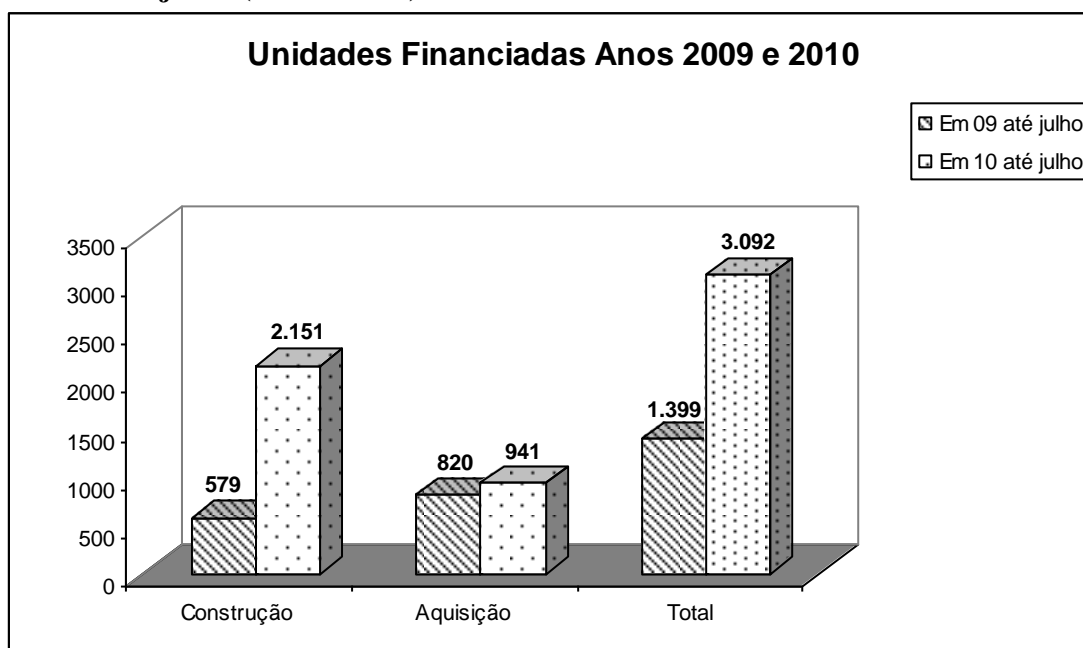
(Em R\$1.000)



Fonte: Banco Central do Brasil e SBPE

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

Figura 12
Estado do Pará
Unidades Financiadas com recursos do SBPE
Período: até julho (2009 e 2010)



Fonte: Banco Central do Brasil e SBPE

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

6 – EMPREGO FORMAL:

6.1 – Setor Serviços e Indústria da Construção Civil até o mês de setembro permanecem liderando a geração de empregos no Estado do Pará no ano de 2010.

A geração líquida de empregos formais do Estado do Pará durante o mês de setembro de 2010 foi o pior dos últimos 2 anos de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do trabalho. Foi registrado no mês de setembro de 2010 o saldo de 4.605 postos criados, inferior ao total para o mesmo período do ano de 2009 (4.802 postos), mas superior ao mês de setembro de 2008 (3.544 vagas).

O saldo acumulado atingiu 34.280 postos de trabalho nos nove primeiros meses do ano de 2010. Em razão da crise financeira, a economia estadual registrou apenas 3.029 postos de janeiro a setembro de 2009. Neste mesmo intervalo de tempo, nos últimos 3 anos, o segundo melhor desempenho está com o ano de 2008, 21.817 vagas criadas.

O destaque no acumulado do ano até setembro ficou com Serviços, 12.420 postos criados e a Indústria da Construção Civil com 7.349 vagas criadas. Na Indústria de Transformação foram criadas de 3.025 vagas, sendo o melhor desempenho dos segmentos de madeira e mobiliário 1.372 vagas e produção mineral não metálica com 654 postos criados. O Comércio teve 6.949 postos criados no mesmo intervalo de tempo.

Os novos empregos gerados entre janeiro e setembro de 2010 registraram com uma evolução salarial de 5,23% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Nessa comparação, o salário médio de admissão evoluiu de R\$788,55 para R\$829,76.

Quadro 21

Estado do Pará												
Saldos dos Empregos Formais (Admissão-Desligamentos)												
Período Set/10												
Setores	Set/10	%	Set/09	%	No ano até Set/10	%	No ano até Set/09	%	12 meses até Set/10	%	12 meses até Set/09	%
1. Ext. Mineral	190	1,42	152	1,50	2.058	17,87	298	3,02	2.351	22,86	468	4,40
2. Indústria de Transf.	590	0,65	1.342	1,52	3.025	3,41	-1.872	-2,05	2.916	3,24	-6.967	-7,05
3. Serv. Ind. Util. Públ.	20	0,23	-10	-0,13	538	6,61	-9	-0,12	635	8,25	-195	-2,89
4. Construção Civil	445	0,71	1.535	3,03	7.349	13,23	-268	-0,53	7.577	14,48	-3.927	-7,92
5. Comércio	1.132	0,69	609	0,40	6.949	4,43	338	0,23	11.118	7,35	976	0,68
6. Serviços	1.459	0,71	556	0,29	12.420	6,45	3.593	1,94	13.575	7,14	2.127	1,18
6.1. Com. e Adm. de imóv	530	1,22	-14	-0,04	5.113	13,24	398	1,15	5.461	15,38	-792	-2,22
7. Administ. Pública	-2	-0,01	-1	-0,01	-8	-0,05	-65	-0,40	-26	-0,16	-85	-1,12
8. Agropecuária	771	1,80	619	1,44	1.949	4,76	1.014	2,42	485	1,11	-2.459	-5,43
Total	4.605	0,76	4.802	0,86	34.280	6,01	3.029	0,55	38.631	6,88	-10.062	-1,86

Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - MTE

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

6.2 – Análise Geográfica do Emprego Formal da Construção Civil Paraense.

Em setembro, os destaques da geração líquida de emprego formal na Construção Civil Paraense, foram os nos municípios de Belém (445 postos) e Marabá (198 postos). No acumulado de janeiro a setembro, a maior geração líquida de empregos formais ocorreu nos municípios de Belém (3.305 vagas), Parauapebas (1.138 postos), Ananindeua (511 vagas), Barcarena (478 empregos celetistas) e Marabá (269 empregos com carteira assinada).

Quadro 22

Estado do Pará

Ocupação dos municípios mais representativos na geração de empregos formais da Construção Civil Paraense.

Setembro/2010

Municípios	Ocupação total em 01.01.10 (1)	Saldo do emprego em setembro/2010	Saldo dos empregos formais até setembro/2010	Ocupação até setembro/10
Belém	19.398	445	3.305	22.703
Ananindeua	6.175	-62	511	6.686
Barcarena	2.497	71	478	2.975
Castanhal	1.931	-71	149	2.080
Marabá	4.487	198	269	4.756
Parauapebas	7.411	-20	1.138	8.549
Santarém	2.278	55	-1	2.277
Tucuruí	2.711	-671	-448	2.263
Subtotal	46.888	-55	5.391	52.289
Estado do Pará(2)	55.547	445	7.349	62.896

Fonte: CAGED – MTE

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

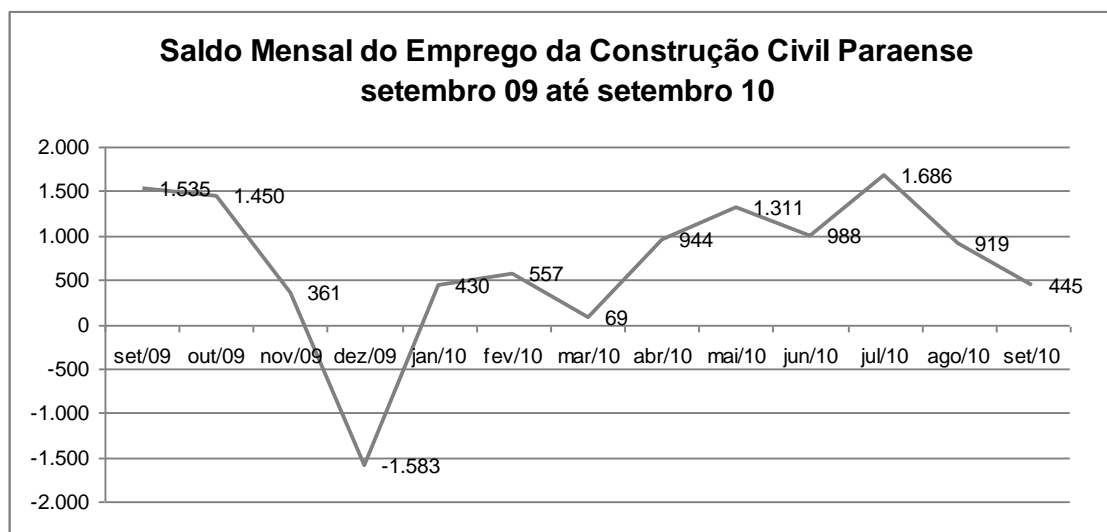
(1) dezembro/2007- RAIS/MTE

(2) corresponde aos valores dos 143 municípios do Estado do Pará.

Figura 13

Estado do Pará

Período: Setembro de 2009 a Setembro de 2010



Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - MTE

Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

6.3 – Na Região Metropolitana de Belém no acumulado do ano até o mês de setembro foram destaques na geração líquida de empregos formais, o Setor Serviços e Indústria da Construção Civil.

Em setembro foram criados 1.523 empregos formais na Região Metropolitana de Belém, puxados pelo setor Serviços com 559 postos, Comércio com 497 vagas e Construção Civil com 462 empregos celetistas. Tiveram perdas, os setores agropecuário (-6 postos) e Indústria de Transformação (-8 vagas).

No acumulado do ano até setembro foram criados 14.734 empregos formais com destaque para o setor Serviços gerando 6.510 empregos com carteira assinada e a Indústria da Construção Civil com 4.198 postos. No setor de Serviços tiveram destaques, Comércio e Administração de Imóveis com 2.782 vagas e Hotelaria com 2.083 postos de trabalho.

Quadro 23

Região Metropolitana de Belém												
Saldos dos Empregos Formais (Admissão-Desligamentos)												
Período Set/10												
Setores	Set/10	%	Set/09	%	No ano até Set/10	%	No ano até Set/09	%	12 meses até Set/10	%	12 meses até Set/09	%
1. Extrativa. Mineral	9	2,64	1	0,36	63	21,95	26	10,24	70	25,00	23	20,54
2. Ind. Transf	-8	-0,02	18	0,06	574	2,09	392	1,42	-735	-2,61	-1.252	-4,14
3. Serv. Ind. Util. Pública	11	0,21	17	0,36	414	8,36	-166	-3,47	512	10,87	-214	-5,39
4. Construção Civil	462	1,57	425	1,39	4.198	16,11	1.431	-6,85	4.545	19,76	803	4,24
5. Comércio	497	0,58	477	0,60	3.054	3,69	143	0,18	5.992	7,50	883	1,17
6. Serviços	559	0,38	346	0,25	6.510	4,67	2.808	2,09	7.877	5,71	2.614	2,02
6.1. Comércio e adm. de imóveis	168	0,56	-97	-0,39	2.782	10,17	308	1,26	2.964	11,89	-253	1,04
7. Adm. Púb.	-4	-0,11	-2	-0,04	38	1,05	37	0,74	23	0,45	10	0,26
8. Agropecuária	-6	-0,14	-56	-1,15	-114	-2,62	-113	-2,30	-236	-4,89	-223	-4,78
TOTAL	1.523	0,50	1.226	0,43	14.737	5,10	4.558	1,64	18.048	6,36	2.644	0,99

Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - MTE
Sistematização e Elaboração: DEE/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

6.4 - Situação dos saldos de emprego no ano acumulado até o mês de agosto de 2010, na Construção Civil paraense por cargo, segundo municípios de maior relevância na geração de empregos formais.

Dos oito municípios analisados no ranking do emprego formal da Construção Civil paraense (ver quadro 27), Belém, Parauapebas, e Ananindeua concentram a maior parte dos saldos positivos na criação dos empregos formais (admissões-desligamentos) na Indústria da Construção Civil Paraense no acumulado do ano até o mês de agosto. Um aspecto importante na análise dos cargos dos empregos da Indústria da Construção Civil Paraense no período acima referenciado que se torna relevante são os saldos positivos relativos aos Serventes de Obras (1.322) em Belém, que até agosto manteve os mesmos quantitativos semelhantes até julho. Parauapebas avançou de 523 até julho para 762 até agosto. Tucuruí com diminuição de 355 até julho para 337 até agosto e Ananindeua onde o cargo de servente evoluiu de 281 até julho para 365 até agosto.

Outro cargo que merece destaque são os Pedreiros que em Belém manteve os mesmos quantitativos no acumulado dos oito primeiros meses até agosto (596). Em Tucuruí o cargo de Pedreiro evoluiu de 64 postos no acumulado até julho para 76 vagas nos oito primeiros meses do ano. Em Ananindeua no acumulado até julho evoluiu para 63 postos acumulados até agosto.

A seguir estão discriminados por Municípios outros cargos que tiveram destaque no acumulado do ano de 2010 até agosto.

Belém – Carpinteiro, 84 postos no acumulado até julho avançou para 595 vagas até agosto e Auxiliar de Escritório com 36 postos acumulado até julho passou para 39 postos nos oito primeiros meses de 2010.

Parauapebas – Motorista Operacional de Guincho com 180 postos até julho evoluiu para 202 vagas até agosto. Operador de Escavadeira com 87 postos até julho passou para 102 vagas até agosto. Técnico de Obras Civas com 53 postos até julho avançou para 57 vagas até agosto e Auxiliar de Escritório que passou de 36 postos no acumulado até julho para 41 vagas nos oito primeiros meses do ano.

Ananindeua – Carpinteiro com 56 postos no acumulado até julho evoluiu para 61 postos até agosto.

Outros Municípios apresentaram perdas significativas em determinados cargos.

Marabá – Armador de Estrutura de Concreto com 27 postos no acumulado até julho, perdeu 139 postos no acumulado até agosto. Carpinteiro com perdas de cinco vagas no acumulado até julho aumentou as perdas no acumulado até agosto para 152 postos.

Tucuruí – Com saldo positivo de 4 vagas até julho, teve uma perda de 39 postos até agosto.

Quadro 24

Perfil do Emprego na construção paraense, segundo municípios maiores geradores de emprego. Saldos por cargos (admissão – desligamentos).
2010 – Acumulado até agosto.

CBO	Cargo	Belém	% (1)	Ananind	% (1)	Barcare	% (1)	Castan	% (1)	Marabá	% (1)	Parauap	% (1)	Tucuru	% (1)
414105	Almoxarife	30	0,05	6	0,01	0	0
715305	Armador de estr. de conc	29	0,05	-1	-0,02	32	0,05	-139	-0,23	42	0,07
411005	Aux. de Escritório	39	0,06	3	0,05	4	0,01	9	0,01	14	0,02	41	0,07	-13	-0,02
715505	Carpinteiro	595	1,00	61	0,10	23	0,04	-17	-0,03	-152	-0,25	-42	-0,07	-2	-0,003
715615	Eletricista de instalações	4	0,01	16	0,03	59	0,10	18	0,03	-175	-0,28	0	0
951105	Eletricista de mant. Eletro eletr.	-41	-0,07
214205	Engenheiro Civil
724110	Instalador Hid. Predial	29	0,05	-27	-0,03
519940	Leiturista	20	0,03
710205	Mestre de obras	-13	-0,02	4	0,01	-1	0,002	-25	-0,04	-21	0,03
724205	Montador de estr. metálica	-23	-0,04	36	0,06	-227	-0,37	13	0,02
782515	Motorista oper. guincho	2	0,003	202	0,33
715115	Operador de escavadeira	15	0,02	102	0,17
716610	Pintor	7	0,01	23	0,04	48	0,08	12	0,02
715210	Pedreiro	596	1,00	63	0,10	4	0,01	-10	-0,02	-15	-0,02	11	0,02	76	0,12
717020	Servente de obras	1.322	2,15	365	0,59	137	0,22	132	0,21	104	0,17	762	1,24	337	0,55
724315	Soldador	26	0,04	-5	-0,01	-48	-0,08	-39	-0,06
351605	Técnico Seg. Trabalho	20	0,03	-1	-0,002	3	0,05	7	0,01	8	0,01
312105	Técnico de Obras Cívicas	57	0,09
517420	Vigia	-46	-0,07	-6	-0,01	-11	-0,02	-11	-0,02	24	0,04	-11	-0,02

Fonte: M T E – CAGED.1

Sistematização e Elaboração: Sinduscon - Pará.

(1) Variação em relação ao total da ocupação do setor no mês anterior.

(...) Dados não disponíveis.

7 – INSTITUIÇÕES QUE COLABORARAM PARA ELABORAÇÃO DESTE BOLETIM.

- ADEMI – Associação de Dirigentes das Empresas do Mercado Imobiliário
- CELPA – Rede Energia
- CREA – Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura.
- SINE/SETER – Serviço Nacional de Emprego
- SEURB – Secretaria de Obras e Urbanismo do Município de Belém.
- SEBRAE.